



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
1ª Câmara de Julgamento

Resolução Nº. 039/ 2007

Sessão: 207ª Sessão Ordinária de 07 de dezembro de 2006

Processo Nº.: 1/0831/2005

Auto de Infração Nº.: 1/200402631

Recorrente: José Haroldo Sousa Alimentícios

Recorrido: Célula de Julgamento 1ª Instância

Relatora: Fernanda Rocha Alves do Nascimento

EMENTA: ICMS - OMISSÃO DE VENDAS. Saídas de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal. Infração detectada através do Sistema de Levantamento de Estoque de Mercadorias (SLE). Autuação **PROCEDENTE.** Artigos infringidos: 127, I; 169, I e 174, I do Decreto 24.569/97. Penalidade inserta no art. 123, III, "b" da Lei 12.670/96, com nova redação da Lei 13.418/03. Unanimidade de votos, de acordo com julgamento singular e parecer da douta PGE. Recurso voluntário conhecido e não provido.

RELATÓRIO

A presente contenda tem origem na falta de emissão de nota fiscal de mercadorias pela empresa acima qualificada no período de 01.01.2003 a

17.10.2003, no montante de R\$ 209.540,73, constatada mediante Levantamento de Estoque de Mercadorias (SLE).

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal assinala como penalidade o Art.123, III, "b" da Lei 12.670/96, modificado pela Lei 13.418/03.

Acompanham os autos os documentos: Inventário inicial 2002, ficha de contagem de estoque, Relatório de Entradas, Relatório de Saídas e Relatório Totalizador do Levantamento de Mercadorias.

A empresa vem aos autos apresentar instrumento impugnatório apontando que ocorreu um erro do agente fiscal na contagem de estoque e solicita uma perícia técnica para a correta apuração de resultados, apontando três exemplos de produtos: café, copo americano e flocos de milho, onde haveria divergências nas quantidades especificadas no Relatório Totalizador.

Em primeira instância a julgadora monocrática decidiu-se pela PROCÊDENCIA do feito fiscal.

A empresa ingressa com recurso voluntário confirmando os argumentos defendidos por ocasião da contestação e argúi a nulidade da ação fiscal, devido aos atos arbitrários do agente do fisco.

A Consultoria Tributária opinou pela confirmação da decisão singular de PROCEDÊNCIA do auto de infração referendado pela douta Procuradoria Geral do Estado.



É O RELATÓRIO

VOTO DA RELATORA

Acusa o presente Auto de Infração que o contribuinte, no período de 01.01.2003 a 17.10.2003, promoveu vendas de mercadorias sujeitas ao regime normal de recolhimento, sem a devida documentação fiscal, no montante de R\$ 209.540,73, com base no Levantamento Quantitativo de Estoque.

O Auto de Infração foi julgado Procedente, em 1ª Instância.

Inconformada com a decisão monocrática, a empresa interpõe recurso voluntário argüindo a nulidade da ação fiscal, devido a atos arbitrários do agente fiscal; requer a improcedência e, por fim, solicita a realização de perícia técnica e cita três produtos que teriam sido contados equivocadamente.

Preliminarmente, não deve ser acatada a nulidade, porquanto o relato do Auto de Infração tem descrição clara e precisa, estando de acordo com a legislação (artigos 33 e 35 do Decreto 25.468/99).

Em relação ao pedido de perícia técnica, ao confrontarmos as quantidades citadas no Relatório Totalizador e as quantidades indicadas pela recorrente, constatamos não haver diferenças, o que nos faz concluir que a autuada versa de forma especulativa, não justificando a realização da mesma.

Quanto ao mérito, não merece reparos a presente autuação.

Para entendermos o procedimento do agente do fisco faz-se necessário esclarecer que a técnica de Levantamento Quantitativo de Estoque de Mercadorias tem como ponto de partida o estoque inicial registrado no Livro de Inventário, acrescido das aquisições de mercadorias realizadas no período fiscalizado e deduzidas as saídas de mercadorias promovidas no mesmo período, devendo o saldo desta movimentação ser confrontado com o estoque final escriturado no Livro de Inventário, onde a diferença, caso positiva, implica que as mercadorias foram vendidas sem documento fiscal, caso negativa, indica a aquisição de mercadorias sem documentação fiscal.

A técnica do Levantamento Quantitativo de Estoque de Mercadorias está amplamente amparada na Legislação Estadual em seu art. 827 do Dec.24.569/97.



Vale notar, que as informações contidas no Relatório Totalizador são provenientes dos documentos fiscais de entradas, saídas, inventário inicial e final fornecidos pelo recorrente.

Assim, através da apreciação dos relatórios anexados aos autos constatamos que a recorrente, de fato, cometeu o ilícito denunciado na peça inicial, conforme apresentado no relatório Totalizador.

Desta forma, a acusação levada a termo encontra-se perfeitamente enquadrada como infringência ao comando disciplinado no Art.174 do Dec.24.569/97, sujeitando o infrator à penalidade inserta no artigo 123, inciso III, alínea "b" da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/03.

Ante o exposto, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, para manter a decisão CONDENATÓRIA proferida em 1ª instância de acordo com Parecer referendado pela douta Procuradoria Geral do Estado.

É O VOTO

DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO

BASE DE CÁLCULO.....	R\$ 209.540,73
ICMS (17%).....	R\$ 35.621,92
MULTA (30%).....	R\$ 62.862,21
TOTAL.....	R\$ 98.484,13



DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que é recorrente JOSÉ HAROLDO SOUSA ALIMENTÍCIOS e recorrido Célula de Julgamento de 1ª Instância.

RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão de **PROCEDÊNCIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto da relatora e do Parecer da douda procuradoria Geral do estado. Ausente, apesar de devidamente comunicada para apresentação de defesa oral, a representante legal da recorrente, Dra. Diana Lima Machado.


SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS em Fortaleza, aos 19 de janeiro 2007.


Ana Maria Martins Timbó Holanda
PRESIDENTE


Magna Vitória G.L. Martins
CONSELHEIRA



José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO


Dulcineire Pereira Gomes
CONSELHEIRA


Fernanda Rocha A do Nascimento
CONSELHEIRA RELATORA


Maria Elineide Silva e Souza
CONSELHEIRA


Frederico Hozanan Pinto de Castro
CONSELHEIRO


Helena Lúcia Bandeira Farias
CONSELHEIRA


Maryane Costa Canamary
CONSELHEIRA


Matheus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO